

SECRETÁRIO DE PORTOS VAI PEDIR PRORROGAÇÃO DO PDIV A VPORTS

O Suport-ES, Federação Nacional dos Portuários (FNP), Sindicato da Guarda Portuária (Sindguapor-ES) e sindicatos de todo o País, participaram de reunião virtual com o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, e com o diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária, Otto Luiz Burlier, realizada na manhã desta sexta-feira, 21.

Pierdomenico afirmou que vai pedir a Vports a prorrogação do PDIV da empresa, cujo prazo se encerra no próximo dia 31. Esse tempo é essencial para que os sindicatos possam trabalhar para conseguir a realocação dos trabalhadores concursados em outros órgãos federais.

“A prorrogação é muito importante para os trabalhadores concursados que esperam ser remanejados para outros órgãos federais. Eles, assim como eu, estão aguardando se devem ou não aderir ao Plano de Demissão Incentivada. Os trabalhadores estão muito sensibilizados com essa possibilidade de realocação”, disse a diretora Daniele Dias.

Outro assunto da pauta foi a portaria 84, que autoriza a terceirização da Guarda Portuária.

A portaria, aprovada no governo Bolsonaro, dá liberdade ao gestor para escolher trabalhar com empregado próprio ou terceirizado para fazer a segurança do porto. Assim, o serviço de guarda portuária, que é feito nas nossas fronteiras e trata da segurança nacional, seria feito por empresas terceirizadas, que pouco conhecem as peculiaridades portuárias.

O assunto já está pautado com o ministro de Portos e Aeroportos, Marcio França, que vai participar da plenária das três federações na próxima quinta-feira, 27, em Brasília.

“ Nós conseguimos com o governo Lula, que nós ajudamos a eleger, a revisão dessa portaria. Mas ainda há um entrave na questão dos portos delegados a estados e municípios, que poderão ficar fora dessa nova regulamentação. Ou seja, nas docas federais vai ser proibida a terceirização da guarda, mas nas outras administrações não. Só que essa proposta de diferenciar empresas federais das empresas delegadas a estados e municípios nós não vamos aceitar, pois vai enfraquecer toda a Guarda Portuária no Brasil. ”

Eduardo Guterra, presidente da FNP

